

comunicar

Revista do Conselho Federal de Fonoaudiologia

Ano XI – Número 45 – abril-junho de 2010

Informação Acessível

Um desafio para
toda a sociedade





18º Congresso Brasileiro de
Fonoaudiologia

De 22 a 25 de setembro de 2010
Curitiba - Paraná - Brasil



SBFa

Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia

INFORMAÇÕES, INSCRIÇÕES E SUBMISSÃO DE TRABALHOS:

www.sbfa.org.br/fono2010



COMERCIALIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO



TRIBECA
EVENTOS

Tel. 55-51-30767002 / secretario@tribecaeventos.com.br

PASSAGENS E HOSPEDAGENS



TRIBECA
EVENTOS

LOCAL DO EVENTO

ESTAÇÃO | Convention Center



10º COLEGIADO DO CFFA
Gestão abril/2010 a abril/2013

DIRETORIA

Tânia Terezinha Tozi Coelho – Presidente
Carla Monteiro Girodo – Vice Presidente
Christiane Camargo Tanigute – Diretora Secretária
Jaime Luiz Zorzi – Diretor Tesoureiro

CONSELHEIROS EFETIVOS

Ana Paula Ramos de Souza, Bianca Arruda Manchester de Queiroga, Carla Monteiro Girodo, Charleston Teixeira Palmeira, Christiane Camargo Tanigute, Jaime Luiz Zorzi, Mara Virgínia Henriques de Carvalho, Maria Cristina Pedro Biz, Nise Mary Carneiro Cardoso e Tânia Terezinha Tozi Coelho

CONSELHEIROS SUPLENTE

Ana Augusta de Andrade Cordeiro, Ana Maria da Costa dos Santos Reis, Carla Ciceri Cesa, Cláudia Maria de Souza Basbaum, Cláudia Simone Godoy Cotes, Domingos Sávio Ferreira de Oliveira, Ione Lacerda Leme Mendes Sanches, Maria Cecília de Moura, Neyla Arroyo Lara Mourão e Sandra Mendes Kalil Ganm

COMISSÕES

DIVULGAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Bianca Arruda Manchester de Queiroga - Presidente, Nise Mary Carneiro Cardoso, Charleston Teixeira Palmeira, Tânia Terezinha Tozi Coelho, Domingos Sávio Ferreira de Oliveira, Cláudia Simone Godoy Cotes, Neyla Arroyo Lara Mourão, Carla Ciceri Cesa, Ana Maria da Costa dos Santos Reis e Cláudia Maria de Souza Basbaum

TOMADA DE CONTAS

Charleston Teixeira Palmeira - Presidente, Bianca Arruda Manchester de Queiroga, Mara Virgínia Henriques de Carvalho, Ione Lacerda Leme Mendes Sanches, Neyla Arroyo Lara Mourão e Sandra Mendes Kalil Ganm

SAÚDE

Maria Cristina Pedro Biz - Presidente, Nise Mary Carneiro Cardoso, Ana Paula Ramos de Souza, Christiane Camargo Tanigute, Sandra Mendes Kalil Ganm, Neyla Arroyo Lara Mourão, Ione Lacerda Leme Mendes Sanches e Ana Maria da Costa dos Santos Reis

EDUCAÇÃO

Bianca Arruda Manchester de Queiroga - Presidente, Ana Paula Ramos de Souza, Maria Cristina Pedro Biz, Charleston Teixeira Palmeira, Jaime Luiz Zorzi, Carla Monteiro Girodo, Domingos Sávio Ferreira de Oliveira, Ana Maria da Costa dos Santos Reis, Maria Cecília de Moura, Cláudia Simone Godoy Cotes e Neyla Arroyo Lara Mourão

CATECE

Charleston Teixeira Palmeira - Presidente, Jaime Luiz Zorzi, Domingos Sávio Ferreira de Oliveira, Maria Cecília de Moura e Ana Augusta de Andrade Cordeiro

CIFAP

Nise Mary C. Cardoso - Presidente, Maria Cristina Pedro Biz, Christiane Camargo Tanigute, Carla Monteiro Girodo e Cláudia Maria de Souza Basbaum

MERCOSUL

Ana Paula Ramos de Souza - Presidente, Ione Lacerda Leme Mendes Sanches, Carla Ciceri Cesa e Maria Cecília de Moura

ÉTICA

Mara Virgínia Henriques de Carvalho - Presidente, Bianca Arruda Manchester de Queiroga e Maria Cristina Pedro Biz

ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Nise Mary C. Cardoso - Presidente, Christiane Camargo Tanigute, Carla Monteiro Girodo, Sandra Mendes Kalil Ganm, Neyla Arroyo Lara Mourão e Ana Augusta de Andrade Cordeiro



JORNAL DO CFFA
PRODUÇÃO EDITORIAL

Liberdade de Expressão – Agência e Assessoria de Comunicação
www.liberdadeexpressao.inf.br

Jornalista responsável – Patrícia Cuneundes (JP 1050 DRT/CE)
Reportagem – Danilson Ramos
Edição – Ana Luiza Aguiar / Revisão – Jofra Coelho
Projeto gráfico – Ana Helena Melo
Diagramação – Guilherme Werner
Capa e Ilustrações – Guilherme Werner

IMPRESSÃO

Dupligráfica Editora Ltda.

TIRAGEM

40.000 exemplares

PARA ANUNCIAR

Tel. (0 ** 61) 3322-3332
e-mail: fono@fonoaudiologia.org.br

Como entrar em contato com a revista Comunicar:
SRTVS Qd. 701, Ed. Palácio do Rádio II – Bl. E, Salas 624/630
Tel. (0 ** 61) 3322-3332/3321-5081/3321-7258
Fax (0 ** 61) 3321-3946
e-mail: imprensa@fonoaudiologia.org.br
Site: <http://www.fonoaudiologia.org.br>

Novo Colegiado e nova forma de Comunicar

Chegamos ao Conselho Federal de Fonoaudiologia com a certeza de que temos um longo e desafiador caminho a trilhar, exercendo com dedicação, seriedade e ética o mandato outorgado a todos nós.

Ao olhar para a nossa plataforma, verificamos que ela expressa os anseios de cada um de nós, fonoaudiólogos acima de tudo, mas também professores, clínicos, coordenadores, autores, representantes legais de nossos regionais de todo o Brasil.

Este é um momento em nossas vidas em que devemos nos sentir honrados por ter o privilégio de poder servir à nossa profissão. Digo servir pois entendo que no exercício do cargo com que fomos honrados, deveremos ter a humildade de aprender todos os dias, ter a coragem para enfrentar os desafios e defender

os interesses da nossa classe. Mas, acima de tudo, temos de ter a sabedoria de interpretar os anseios e as necessidades dos profissionais da Fonoaudiologia em todas as regiões do Brasil, bem como as nossas responsabilidades perante a sociedade.

E é para ajudar nesse processo que resolvemos modernizar a forma de nos relacionar com os profissionais da categoria. O antigo *Jornal do CFFa* evoluiu e torna-se esta revista **Comunicar**, que chega agora com sua primeira edição, focada nas novidades e nos anseios dos fonoaudiólogos e das fonoaudiólogas de todo o Brasil.

Agradecemos e valorizamos as boas ações realizadas pela gestão anterior, às quais daremos continuidade e esperamos dar o nosso melhor para que os que nos sucederem também o façam.

Tânia Coelho

Presidente do Conselho Federal de Fonoaudiologia

sumário



Conselho aprova duas novas especialidades para fonoaudiólogos

7

3

Editorial

5

10º Colegiado assume o Conselho Federal de Fonoaudiologia



9

EIA: Audiologistas discutem globalização de padrões

11

EIA: Tecnologia encurta distâncias

10

EIA: Baixa produção científica compromete América Latina

12

EIA: Paciente virtual facilita prática e ensino da Audiologia

13

Câmara Federal aprova carga horária semanal de 30 horas

Capa

Informação acessível: um desafio para toda a sociedade

14



Novas resoluções
Na prateleira

24

Balanço patrimonial

27



21

Orientação fonoaudiológica é fundamental durante exame da dinâmica da deglutição

26

Voz do leitor
Agenda

10º Colegiado assume o Conselho Federal de Fonoaudiologia



Nova gestão do Cffa tem como missão "fortalecer e valorizar a Fonoaudiologia como ciência e profissão"

No dia 21 de abril, tomou posse o novo Colegiado eleito para o 10º mandato do Conselho Federal de Fonoaudiologia (CFFa). De acordo com a presidente, Tânia Tozi Coelho, este colegiado tem como missão "fortalecer e valorizar a Fonoaudiologia como ciência e profissão", sendo uma das estratégias intensificar a integração entre o Conselho Federal e os Regionais, instituições de ensino e fonoaudiólogos.

Ou seja, este colegiado tem como proposta a atuação do Conselho por meios democráticos e participativos, de forma a trabalhar a busca por soluções de interesse geral para o desenvolvimento sustentável do Brasil, da saúde e da educação, a partir, também, de demandas locais.

Objetivos e estratégias – Além da continuidade de ações que os colegiados anteriores vinham de-

envolvendo, o 10º colegiado tem como proposta divulgar as áreas de atuação fonoaudiológica, sua importância e interfaces no desenvolvimento da saúde e educação, estimular e acompanhar a qualidade do ensino em cursos superiores, ampliar o número de especialistas na área e definir procedimentos específicos do fazer fonoaudiólogo.

O estreitamento da comunicação com entidades de classe, instituições

públicas e privadas e população ocorrerá a partir do desenvolvimento de ações de comunicação conjuntas com fonoaudiólogos e conselhos profissionais, do incentivo a eventos científicos e da ampliação do intercâmbio e de relações políticas internacionais.

Para favorecer a mobilização política dos próprios fonoaudiólogos, a nova gestão realizará ações de estímulo, acompanhará e desenvolverá a trami-

tação de projetos de lei de interesse da categoria na Câmara e no Senado, lutará pelo reconhecimento de atividades fonoaudiológicas na Saúde Pública e pela ampliação do número de atendimentos nos planos de saúde, além de procurar aumentar as representações no governo.

Transição – No dia 20 de abril, os dois colegiados reuniram-se

para fazer a transição dos assuntos que vinham sendo conduzidos pelo Sistema Conselhos de Fonoaudiologia, tais como relatórios contábeis e de gestão.

A gestão é composta por vinte conselheiros, dez efetivos e dez suplentes. O recém-empossado 10º Colegiado trabalhará no CFFa durante os próximos três anos. O mandato expira no dia 21 de abril de 2013.

Conheça os integrantes da gestão 2010/2013 do CFFa

Diretoria

Tânia Terezinha Tozi Coelho – Presidente do CFFa e membro da Comissão de Divulgação e Comunicação.

Carla Monteiro Girodo – Vice-presidente do CFFa, participa das comissões de Educação, Orientação e Fiscalização (COF) e Comissão Interconselhos de Assuntos Parlamentares (Cifap).

Christiane Camargo Tanigute – Diretora-secretária, integra a Comissão de Saúde, COF e Cifap.

Jaime Luiz Zorzi – Diretor-tesoureiro, Comissão de Educação e Comissão de Análise de Título de Especialista e Cursos de Especialização (Catece).



Conselheiros efetivos

Nise Mary Carneiro Cardoso – Presidente da Cifap e da COF, membro das comissões de Divulgação e Comunicação e da Saúde.

Ana Paula Ramos de Souza – Presidente da Comissão do Mercosul, faz parte das comissões de Saúde e Educação.

Bianca Arruda Manchester de Queiroga – Presidente das Comissões de Divulgação e Comunicação e de Educação, integrante das comissões de Tomada de Contas e Ética.

Maria Cristina Pedro Biz – Presidente da Comissão de Saúde, participa das comissões de Educação, Ética e da Cifap.

Charleston Teixeira Palmeira – Presidente da Catece, membro da Divulgação e Comunicação e da Educação.

Mara Virgínia Henriques de Carvalho – Presidente da Comissão de Ética, participa da comissão de Tomada de Contas

Conselheiros suplentes

Ana Augusta de Andrade Cordeiro – Participa da Catece, Licitação e da COF.

Ana Maria da Costa dos Santos Reis – Divulgação e Comunicação, Saúde e Educação.

Carla Ciceri Cesa – Divulgação e Comunicação, Educação e Mercosul.

Cláudia Maria de Souza Basbaum – Divulgação e Comunicação e Cifap.

Cláudia Simone Godoy Cotes – Divulgação e Comunicação e Educação.

Domingos Sávio Ferreira de Oliveira – Divulgação e Comunicação, Educação e Catece.

Ione Lacerda Leme Mendes Sanches – Tomada de Contas, Saúde e Mercosul.

Maria Cecília de Moura – Educação, Catece e Mercosul.

Neyla Arroyo Lara Mourão – Divulgação e Comunicação, Tomada de Contas, Saúde, Educação e COF.

Sandra Mendes Kalil Ganm – Tomada de Contas, Saúde e COF.

Conselho aprova duas novas especialidades para fonoaudiólogos

O Conselho Federal de Fonoaudiologia (CFFa) aprovou em março deste ano duas novas especialidades para os fonoaudiólogos: disfagia e a fonoaudiologia educacional/escolar. Para ser reconhecido como especialista pelo CFFa, o fonoaudiólogo terá de se submeter a uma prova específica. As provas de especialização em fonoaudiologia escolar e disfagia têm previsão de ser anuais, assim como todas as outras especializações já anteriormente reconhecidas pelo Conselho.

As duas especialidades vieram após sugestões de Conselhos Regionais, associações e entidades profissionais de fonoaudiólogos e consulta pública ocorrida entre outubro e novembro de 2009. Antes desse reconhecimento, as atividades do especialista em disfagia eram de competência dos especializados em motricidade orofacial, e as de fonoaudiologia escolar/educacional, dos especializados em linguagem.

A disfagia já foi regulamentada pela Resolução CFFa nº 383, de 20/3/2010. Antes disso, a Resolução nº 356, de 6/12/2008, reconhecia a competência técnica e legal do fonoaudiólogo para atuar nas disfagias orofaríngeas.

A fonoaudiologia escolar/educacional ainda aguarda normatização. Duas resoluções anteriores à sua criação foram a nº 309/05, sobre a atuação do fonoaudiólogo nos ensinamentos infantil, fundamental, médio, especial e superior, e a nº 320/06, sobre as especialidades reconhecidas pelo CFFa.

Disfagia – A dificuldade de engolir é um sintoma comum de diversas doenças e pode ser causada por alterações neurológicas, como o acidente vascular cerebral (AVC), ou doenças neurológicas e neuromusculares e também alterações locais-obstrutivas.

O tratamento fonoaudiológico para a doença é essencial, pois evita complicações respiratórias, nutricionais, internações prolongadas e diminui a exposição do paciente a infecções hospitalares.

Uma das beneficiadas pelo tratamento fonoaudiológico em disfagia é a pequena Eduarda Vitória Souza, de cinco anos. Eduarda sofreu uma parada respiratória no momento do nascimento e foi levada para a

UTI correndo risco de vida. Sobreviveu, mas teve a coordenação motora atingida, o que prejudicou sua fala e mastigação. Ela faz acompanhamento fonoaudiológico há três anos e meio e a melhora é perceptível. “A coordenação motora corporal dela evoluiu pouco a pouco, assim como a mastigação. Mas o tratamento está sendo essencial para cada melhora que ela tem”, relata Tatiane dos Santos, mãe de Eduarda.

A evolução mais acentuada de Eduarda foi na comunicação com a mãe. Antes de começar o tratamento, ela não emitia sons e se comunicava com a mãe por meio de gestos. Hoje a perspectiva mudou. “Eu percebi um salto muito grande na comunicação nesses quase quatro anos de tratamento. Antes eu fazia tudo na

Idosos fazem parte do grupo de pessoas que mais sofrem com problemas de disfagia



hora em que achava que devia. Agora ela já chama a minha atenção quando quer ou não quer algo” afirma Tatiane. A felicidade maior de Tatiane, contudo, só vai ocorrer no ano que vem. “Graças ao tratamento minha filha já está na creche e no ano que vem vai para a escola”, comemora.

Outra mãe contente com o tratamento é Verônica Sartori. Mãe de Jennifer Sartori, Verônica comemora a evolução da filha nos sete anos de tratamento fonoaudiológico. Aos três anos de idade, Jennifer sofreu uma parada cardíaca e desenvolveu problemas neurológicos que afetaram sua visão, sua fala e comprometeram seus movimentos. “O tratamento fonoaudiológico foi essencial: eu jamais

imaginaria ver minha filha mastigar de novo, falar de novo. E após oito meses do início do tratamento, a gente já iniciou alimentos pastosos, que necessitavam do mínimo de mastigação. Hoje em dia ela come, estuda e tem amigos como qualquer outra criança.”

Fonoaudiologia Escolar/Educacional

– A atuação do fonoaudiólogo que trabalha em escolas é diferente da do profissional que atua em clínica e hospitais. Na escola, o fonoaudiólogo atua de forma preventiva e educacional, enquanto que em clínicas e em hospitais essa atuação é terapêutica e preventiva.

O fonoaudiólogo não atua apenas com alunos. O profissional tam-

bém trabalha com os professores no aprimoramento da oratória. “O foco principal é a educação. O fonoaudiólogo vai atuar orientando professores a melhorar suas condições de aula e auxiliando os alunos a entender e se expressar melhor”, afirma o fonoaudiólogo e conselheiro do CFFa Jaime Luiz Zorzi.

Zorzi ainda afirma que sempre houve necessidade de fonoaudiólogos nas escolas e que a atuação dele necessariamente deve ser em grupo. “Ajudar alunos com deficiências, como deficientes auditivos, sempre foi competência do fonoaudiólogo. Devemos trabalhar sempre em grupo, fazendo uma conexão aluno-professor-fonoaudiólogo”, afirma.

Fonoaudiólogos Escolares...

Com Alunos

1. Otimizar o desenvolvimento da linguagem oral, leitura e escrita.
2. Promover estratégias de prevenção, preservação e controle de abusos e riscos para a voz e a audição.
3. Estimular a eliminação de hábitos inadequados relacionados às alterações fonoaudiológicas.
4. Detectar precocemente alterações fonoaudiológicas relacionadas à audição, voz, motricidade orofacial e linguagem oral e escrita.
5. Encaminhar para profissionais, quando necessário, e acompanhar os tratamentos externos à escola.

Com Professores

1. Orientar quanto aos cuidados com a voz.
2. Ensinar estratégias vocais para conservação e maximização da voz, durante o uso profissional.
3. Promover informações quanto às alterações fonoaudiológicas, como desenvolvimento normal da linguagem oral, leitura e escrita, e como estes podem ser otimizados em sala de aula.
4. Capacitar o profissional para detecção de possíveis alterações fonoaudiológicas que seus alunos venham a apresentar.
5. Encaminhar o professor que apresentar alterações vocais para atendimento fonoaudiológico.

Com Pais

1. Orientar sobre o desenvolvimento normal da criança e as alterações fonoaudiológicas comuns na infância.
2. Orientar sobre a importância do estímulo familiar para otimização do desenvolvimento da criança.
3. Detectar o possível problema do filho e apresentar explicação quanto a encaminhamentos necessários.



Audiologistas discutem globalização de padrões

Se fossem apenas nomes diferentes em cada país, não haveria problema. No entanto, mesmo em regiões vizinhas, a Fonoaudiologia tem currículos de formação e áreas de atuação discrepantes. Essa foi a preocupação que motivou o debate sobre a globalização de padrões e educação em Audiologia durante o **XXX International Congress of Audiology (ICA)**, realizado em São Paulo, em março.

“É necessário ter mente aberta e abraçar os diferentes sistemas para fortalecer a área. Mesmo com poucos recursos podemos tirar bom proveito disto”, defendeu o audiologista John Durrant, professor da Universidade de Pittsburg, EUA, e mediador da mesa *Globalização dos Padrões e Educação em Audiologia*.

O uso de tecnologias para ensino e atendimento a distância também foi um dos assuntos que provocou debates. Enquanto de um lado a redução de custos e a ampliação do acesso promovidos pela estratégia gerou apoiadores, de outro, opositores garantiam

que não deve haver substituição de experiências reais pelas virtuais.

Outros temas discutidos foram a deficiência no processo de triagem no Leste Europeu, problema levantado pelo russo George Tavartkiladze, e o baixíssimo número de audiologistas formados por ano na África (cerca de apenas 100 em todo o continente, já que apenas Egito e África do Sul oferecem curso superior na área). “Há pesquisadores que estabelecem como ideal um audiologista para cada milhão de habitantes”, afirmou sul-africano De Wet Swanepoel, audiologista que levantou a discussão no encontro. Na África, diferentemente do que acontece no Brasil, há cursos superiores específicos de Audiologia.

A sueca Kajsa-Mia Holgers mostrou-se descontente com a defesa estritamente profissional. “Estou cansada de falar das necessidades da profissão, em vez das necessidades do paciente”. Ela lembrou acordo internacional iniciado em junho de 1999, na União Europeia, do qual muitos ainda se mantêm fora – o *Bologna Process* –, cujo

objetivo é criar compatibilidade entre profissionais da Saúde dos países participantes. O tratado conta hoje com 47 países membros.

Os dados brasileiros foram apresentados pela fonoaudióloga e vice-presidente da Academia Brasileira de Audiologia Maria Angelina Martinez: existem hoje 33,4 mil fonoaudiólogos no País, e 1.853 são especialistas em Audiologia. Destes, 1,5 mil têm mestrado e 300, doutorado. Há oito cursos de pós-graduação e 142 centros de diagnóstico e intervenção. Para Maria Angelina, esses dados são animadores, pois demonstram que o número de fonoaudiólogos com doutorado e mestrado já se aproxima do padrão dos Estados Unidos.



John Durrant foi o mediador da mesa *Globalização dos Padrões de Audiologia*

Tecnologia encurta distâncias

O uso de internet e teleconferências, o desenvolvimento de programas de computador para treinamento e formação de profissionais ampliam possibilidades e reduzem custos em áreas carentes.

Na África do Sul, 85% da população utiliza o sistema público de saúde, e mesmo assim o governo gasta muito menos que o setor de saúde privada. Apresentando resultados positivos, a teleaudiologia vem crescendo, reduzindo custos de diagnósticos, ensino e treinamento e facilitando contatos a distância.

Os dados são do professor De Wet Swanepoel, da Universidade de Pretoria, e foram apresentados durante o XXX *International Congress of Audiology* (ICA) e 25º Encontro Internacional de Audiologia (EIA) em São Paulo. O debate internacional permitiu trocas e comparações sobre o futuro da tecnologia em diversos continentes.

A teleaudiologia é parte da estratégia de Telessaúde, em que se utilizam recursos tecnológicos como teleconferências e internet para atendimento de pacientes, formação e treinamento de profissionais e técnicos em disciplinas da Saúde.

De Wet falou da importância da rede internacional Teleaudiology Network, que organiza projetos de atendimento a distância até mesmo entre países, possibilitando o auxílio de exames

Países africanos vêm utilizando a Telessaúde para ajudar no treinamento de profissionais e também no diagnóstico de pacientes

audiológicos a áreas carentes. A rede recebe doação de fundos para compra de audiômetros e oferece serviços de profissionais voluntários. No dia 4 de abril a rede realizou o primeiro teste auditivo transatlântico em tempo real, conforme noticiado na página do grupo, www.teleaudiology.org.

Para a fonoaudióloga brasileira Deborah Ferrari, participante da rede, o Brasil compartilha com a África do Sul características educacionais e escassez profissional na especialidade. “A conectividade é parecida, temos estratégias similares para servir áreas rurais e grandes centros”, comparou.

Telessaúde no Brasil – De acordo com Débora, o Programa Nacional de Telessaúde brasileiro é o maior projeto público do gênero. Segundo o médico Sérgio Daré, integrante do programa em São Paulo, quando foi lançado em 2007 o Telessaúde abarcava nove esta-

dos e 900 pontos de apoio, atendendo 2,7 mil equipes de Saúde da Família e com estimativa de atingir 11 milhões de pessoas. Em 24 de fevereiro de 2010 foi transformado em programa do Ministério da Saúde.

Os fonoaudiólogos atuam no Telessaúde em patologias da fala, odontopediatria e teleamamentação. “Existe a preocupação de integrar o ensino acadêmico à atenção primária”, disse Sérgio. O programa também é utilizado em treinamento de profissionais e agentes comunitários da Saúde. Segundo o médico, 74% dos agentes que iniciaram cursos no último ano completaram seus treinamentos.

Um dos recursos, por exemplo, é o homem virtual. Por meio de animações em 3D, o aluno entra nos sistemas da fisiologia humana e percebe mais facilmente seu funcionamento. Para saber mais sobre o programa, acesse www.telessaudebrasil.org.br.



Baixa produção científica compromete América Latina

Em outro espaço, o debate concentrou-se sobre a situação da Audiologia latino-americana. A mesa teve participação da argentina Diana Lurnagaray, do Hospital del Sur, do mexicano Pedro Berruecos, coordenador do Programa Nacional de Saúde Auditiva do México, e do chileno Adrian Fuente, da Universidade de Queensland, Austrália.

Adrian Fuente trouxe dados preocupantes a respeito da produção científica na América Latina. Em pesquisa feita em diversos bancos de dados acadêmicos – como Dotlib, Jstor e Proquest – foram encontrados poucos artigos. O número de pesquisas brasileiras era maior que a soma de todos os outros países.

“Precisamos de estudos para embasar a melhora de programas sociais em Audiologia”, disse.

Outra situação preocupante é a legislação sobre compensação de perda de qualidade de vida em cada país. Defendendo que todos os países deveriam ter mecanismos de auxílio a vítimas de problemas ambientais ou de trabalho, Adrian citou que o Chile e o Brasil são os únicos países latino-americanos que têm uma lei reconhecendo a perda auditiva por excesso de barulho. “A situação mais comum é o desrespeito a leis de segurança do trabalho e o baixo investimento em programas de conservação auditiva”, disse.



Adrian Fuente é professor da Universidade de Queensland, na Austrália



ACÚSTICA ORLANDI IND. COM. E SERV. AUDIOLÓGICOS LTDA.

Tel.: (14) 3104-1503 – Fax: (14) 3227-8211

atendimento@acusticaorlandi.com.br - www.acusticaorlandi.com.br

Manutenção, calibração e ensaio de todas as marcas de equipamentos audiológicos (audiômetros, imitanciómetros e cabinas audiométricas - inclusive BERA).



Imitanciómetro AO-400R de fabricação própria com Registro na ANVISA nº 80100810005

Audiômetro AO-250D de fabricação própria com Registro na ANVISA nº 80100810004



Calibração Acreditada de Audiômetro e Imitanciómetro



Ensaio Acreditado de Cabina Audiométrica

Paciente virtual facilita prática e ensino da Audiologia

Durante o EIA, a mesa *Cuidados em saúde auditiva e tecnologias recentes* mostrou situações diferentes em países como África do Sul, Brasil e Estados Unidos. O professor estadunidense David L. McPherson, da Brigham Young University em Utah, mostrou como programas de computador desenvolvidos em sua universidade ajudam a realizar parte do treinamento de alunos e técnicos em audiometria a distância.

Na tela, um paciente virtual responde às perguntas e aos exames do operador do audiômetro. As reações são baseadas em casos reais, imitando até mesmo dificuldades que os pacientes têm de comunicar o que estão sentindo. "O primeiro objetivo é ensinar e desenvolver os estudantes. É como

um teste real, mas o operador não tem medo de errar", explicou.

Com a filosofia de "fazer com o que estiver disponível, mesmo que com limitações", a proposta de David é baixar custos e criar serviços básicos de audiologia em regiões que carecem deles. "Já treinamos pessoas na Síria, no Vietnã, na Polônia, no Qatar e em áreas rurais e indígenas", disse.

A versão do programa para alunos universitários custa U\$ 39 e, para professores, U\$ 199. Todo o dinheiro é reapli-

cado no projeto. O treino não dispensa atendimentos com pessoas reais, mas reduz o custo de ensinar tanto para instituições quanto para estudantes, e o professor ainda fica com o registro do que cada um fez. "Sem isso, eles treinariam com audiômetros portáteis comprados pela universidade, e não saberíamos como cada um procedeu", disse David. O email de contato do professor, para quem quiser maiores informações sobre o programa é david_mcpherson@byu.edu.



CONSULTE NOSSAS PROMOÇÕES

AUDIÔMETRO DIGITAL DE 2 CANAIS

PEQUENO NO TAMANHO, GIGANTE NA TECNOLOGIA.



Peso 800g

30

16,5

5,8

- ▶ Banco de dados para cadastro completo do paciente, exame, examinador e clínica
- ▶ Exames e laudos impressos em qualquer impressora
- ▶ Software próprio, leve e de fácil instalação
- ▶ Garantia de 30 meses

Mude seus conceitos adquira já o seu Miracle!

3J
Tecnologia

ISO 9001-2008
Produto registrado na
ANVISA
e homologado no
INMETRO

*Computador não acompanha o produto

(35) 3471 3053 - www.3jtecnologia.com.br - comercial@3jtecnologia.com.br

Miracle. O primeiro Audiômetro Digital brasileiro que utiliza o computador como interface

Câmara Federal aprova carga horária semanal de 30 horas

Sindicatos e gestores acompanham tramitação do projeto de lei, que ainda precisa passar pelo Senado antes de ir para sanção presidencial

A Câmara dos Deputados aprovou, no dia 15 de abril, o Projeto de Lei (PL) nº 2192/2003, que estabelece a carga semanal máxima de 30 horas de trabalho para o fonoaudiólogo. O PL passará ainda por procedimentos de registro na Câmara para só então seguir ao Senado Federal. A expectativa é de que lá ele passe apenas pela Comissão de Assuntos Sociais, e dali siga para sanção presidencial. Se o PL se tornar lei, quem é contratado para mais de 30 horas deverá ter carga reduzida sem redução salarial.

A coordenadora de Assuntos Sindicais do Sindicato dos Fonoaudiólogos de Minas Gerais (Sinfemg), Luísa Fernandes, se preocupa com possíveis reduções salariais em contratos e concursos posteriores à lei, caso ela venha

a ser aprovada. Essa preocupação se dá pela ausência de regulamentação de um piso salarial para a categoria.

Há outros projetos de lei tratando desse aspecto correndo na Câmara Federal, mas nenhum ainda posto em votação. “Sozinha, a carga horária é só um pequeno passo. A demanda de serviço continuará a mesma”, diz Luísa. Mesmo assim, ela acredita que o projeto de redução de carga horária não se tornará lei antes de 2011, por estarmos em ano eleitoral.

Gabriela Cabral é fonoaudióloga do Centro de Reabilitação Integral Dom Aquino Correa (Cridac) em Cuiabá, há cinco anos. Lá as contratações foram feitas para 30 horas, mas ela optou por trabalhar 40 e receber um pouco mais. “Como é cargo público, o aumento é incorporado ao salário. Posso pedir para voltar a fazer 30 se quiser”, explica.

A fonoaudióloga diz que no estado são comuns contratações para 30 horas, tanto municipais quanto estaduais. Assim, há o profissional que trabalha segunda, quarta e sexta-feira pela manhã e terça-feira e quinta-feira à tarde, para proporcionar atendimento em ambos os turnos.

O andamento do PL nº 2192/03 pode ser acompanhado pelo site da Câmara: www.camara.gov.br.



Informação acessível: um desafio para toda a sociedade

Qual é o som da palavra "adaptação"?

Como se pronuncia "igualdade"?

Como se escreve "respeito"?



A Organização Mundial da Saúde (OMS) entende deficiência como um conjunto de problemas funcionais ou estruturais do corpo, que resultam em dificuldades para executar tarefas ou ações que, por sua vez, restringem a participação em situações corriqueiras da vida. Entende-se por pessoas com deficiência os indivíduos que nasceram ou se tornaram

deficientes visuais, auditivos, mentais ou de locomoção.

No Brasil, de acordo com o último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 24,5 milhões de pessoas têm esse perfil, quase 13% dos 184 milhões totais. Embora seja fácil identificar as barreiras físicas enfrentadas por essas pessoas, a principal barreira social muitas vezes passa desper-

cebada: a dificuldade de comunicação imposta por deficiências.

Nosso sistema de escrita é baseado na correspondência entre sons e imagens de letras, o que afeta diretamente cegos e surdos. A sociedade moderna vem tentando transpor essas barreiras, por meio da tecnologia, mas o alcance dessas iniciativas ainda é limitado. "Achar que a informática seria a solução para

peças com deficiência. Mas a maioria de nós é pobre, não tem acesso a softwares de leitura de tela, scanner, OCRs (programas de reconhecimento óptico de caracteres) ou telefones com voz eletrônica. Ainda estamos engatinhando”, afirma Manuel Aguiar, vice-presidente do Conselho Estadual de Assistência Social de Pernambuco, consultor em acessibilidade e ex-presidente da Associação Pernambucana de Cegos.

Ele explica que embora a legislação brasileira tenha feito avanços – como a criação de leis que obrigam a inclusão de *Closed Caption*, sistema de legendas ocultas acionadas por uma tecla – a não obrigatoriedade da padronização de sites torna o acesso à internet, por exem-

plo, algo quase que inatingível para os cegos brasileiros. O *World Wide Web Consortium* (W3C), organismo internacional que recomenda padrões a ser utilizados na rede mundial de computadores, prevê a estruturação dos sites de forma a facilitar a navegação, por meio do uso de programas desenvolvidos para pessoas cegas. “Se o site não segue as regras de acessibilidade propostas, fica mais difícil encontrar links ou sessões que queremos”, diz Manuel.

Já para o deficiente auditivo presidente da Associação de Surdos de São Paulo, Paullo Vieira, a internet facilitou tremendamente a vida. “Hoje posso marcar de encontrar com meus amigos por e-mail. Parece simples, mas antes

Há 30 anos, a Organização das Nações Unidas (ONU) fez um levantamento mundial sobre comunicação. O resultado do estudo foi o Relatório McBride – Um mundo, muitas vozes, que defendeu a inclusão do direito à comunicação na Declaração Universal de Direitos Humanos. O trabalho observou que pessoas, nas piores situações, e em diversas culturas, mostravam a necessidade de se comunicar.



“Meu celular tem um software que possibilita conversar por câmera com meus amigos, mas é um aparelho caro, não acessível a todos”, conta Paullo Vieira

era difícil encontrá-los”, afirma. Mas ele concorda com Manuel quando o assunto é tecnologia para inclusão. “Meu celular tem um software que possibilita conversar por câmera com meus amigos, mas é um aparelho caro, não acessível a todos”, exemplifica.

Tecnologia para inclusão – Diversos países estão trabalhando em produtos e tecnologias voltados às pessoas com deficiência. Na China, a Yanko Design trabalha a ideia de uma placa leitora de e-book que converte texto em pontos de braille, por meio de impulsos eletromagnéticos. Um produto similar está sendo feito pela empresa espanhola Andalux. Também na Espanha, a Universidade Politécnica de Madri desenvolve um computador capaz

de traduzir a língua falada para a de sinais. No entanto, nenhum desses produtos está no mercado.

No Brasil, o software Dosvox, desenvolvido na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) desde 1993, permite aos cegos interagir com o computador por meio de uma voz sintetizada que fala em português. É como um sistema operacional, ou seja, como Windows ou Linux, mas para deficientes visuais. O programa é distribuído gratuitamente pela internet.

Outro recurso de função semelhante, o Virtual Vision lê a tela do computador dando opções de interação ao usuário. O programa não é gratuito, mas é distribuído pelos bancos particulares Bradesco e Real a seus clientes. Ambos possuem ainda orientações e recursos de atendimento a deficientes auditivos e de locomoção.

A técnica dos audiolivros, textos gravados por pessoas reais, minimiza problemas de entonação presentes nos programas de leitura, mas torna necessária uma gravação para cada livro. Há também softwares e telas especiais que aumentam o tamanho das letras e imagens no monitor de quem tem deficiência visual parcial.

Em todo caso, é importante que o cego tenha um monitor igual ao de qualquer outro usuário. “Quando alguém vê um cego usando um monitor comum e diz ‘que legal, seu monitor é igual ao meu’, serve de estímulo. Incluir não é excluir do que não precisa”, ensina Cássia Botelho, diretora da Assessoria de Projetos e Gestão da Câmara dos Deputados, setor que coordena o projeto de acessibilidade.

Conseguir textos em braille, o código tátil desenvolvido pelo francês Louis Braille em 1829, ainda é complicado. “Somos alfabetizados em braille, é importantíssimo que tenhamos acesso a textos”, diz Manuel. Porém, o altíssimo preço das impressoras torna a edição em série coisa rara de encontrar. “Os preços variam de R\$ 5 mil para equipamento doméstico até R\$ 100 mil para trabalho em larga escala”, explica. Cássia diz que o Senado Federal conseguiu adquirir a impressora, mas nem a Câmara tem uma.

Na televisão há outros recursos. O *Closed Caption* utilizado pelos surdos permite ler não só as falas das pessoas na tela, mas também a descrição de sons ambientes e sinalização de que há música tocando. Aí surge uma das diferenças entre o deficiente auditivo oralizado, que aprendeu a falar, e o



Ana Luiza Aguiar / CCFa

“Se o site não segue as regras de acessibilidade propostas, fica mais difícil encontrar links ou sessões que queremos”, explica Manuel Aguiar

que só usa a Língua Brasileira de Sinais (Libras) para se comunicar. No primeiro caso, o *Closed Caption* frequentemente é o suficiente, enquanto no segundo, há preferência pela janela com sinalização de um intérprete.

A jornalista Cristina Bicudo usa aparelho de amplificação sonora e é oralizada. “*Closed Caption* é como se estivesse vendo um filme estrangeiro com legendas”, diz. Para ela, texto e som simultâneos ajudam a treinar a compreensão oral, mas já assistiu a falhas de transmissão em que as legendas saíram do ar por grandes períodos de tempo. Além disso, poucas emissoras as utilizam. A utilização de legendas ou janela de Libras por emissoras de TV é obrigatória apenas em casos específicos, como pronunciamentos do presidente da República.

Audiodescrição – Para deficientes visuais, alguns programas oferecem a audiodescrição, em que uma pessoa treinada descreve a cena. Para isso, é usada a tecla do Segundo Programa de Áudio (SAP, em inglês). Manuel exemplifica a necessidade: “Se eu ouço uma entrevista e ninguém me fala o nome da pessoa, fico sem saber quem é. Se um anúncio diz ‘ligue já para este número no seu vídeo’, não posso comprar o produto, mesmo que queira”.

A audiodescrição é regulada pela Norma Complementar nº1 de 2006, do Ministério das Comunicações. Após uma consulta pública finalizada em 12 de fevereiro deste ano, a Portaria ministerial nº 188, de 24 de março, alterou alguns itens da norma e estabeleceu um cronograma para implantação da audiodescrição. Assim, as emissoras já credenciadas a transmitir com sinal digital terão doze meses a partir de 1º de julho de 2010 para começar a uti-

lizar o recurso. A princípio devem ser duas horas diárias de programação audiodescrita, entre as 6 e as 2 horas do dia seguinte. Com o tempo, essa proporção vai aumentando e daqui a dez anos chegará a 20 horas diárias audiodescritas. Manuel diz que isso já existe em algumas capitais, mas de fora ainda muito primária. “O que não falta são leis, mas o lobby de empresas de TV atrasa o prazo para implantação do sistema”, explica.



“Closed Caption é como se estivesse vendo um filme estrangeiro com legendas”, diz Cristina Bicudo

Bilinguismo - Paullo não é oralizado, mas é fluente em Libras. Ele defende que, apesar de os sinais facilitarem a comunicação, cabe ao próprio surdo se adaptar. “Vivemos em uma sociedade em que não falam nossa língua e temos de utilizar gestos ou escrever. Precisamos nos virar”. Para ele, ser atendido em um local que dispõe de intérpretes de Libras é um grande alívio. “As pessoas não sabem atender, chegam até a gritar! Deveriam ter uma base mínima de como se comunicar com uma pessoa surda”.

Cristina também já teve suas situações. Apesar de passar tranquilamente por um atendimento em loja, já foi questionada na fila do caixa preferen-

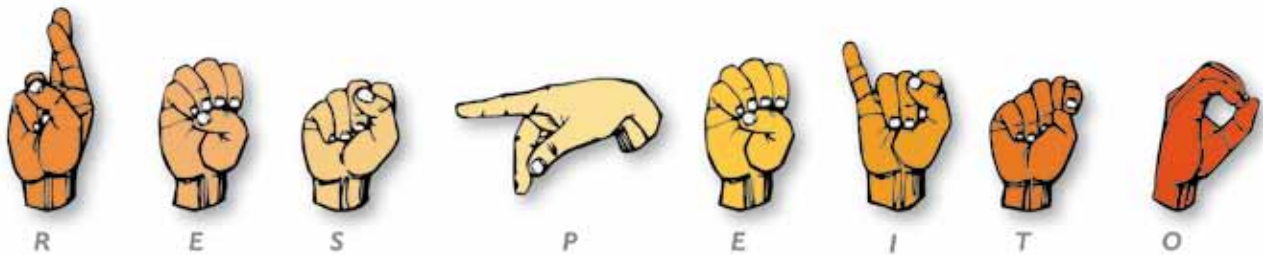
cial. “Já perguntaram se eu estava grávida! Eu me divertia com o espanto das pessoas quando respondia que era deficiente auditiva”, conta.

Quem vê as pessoas com deficiência – Manuel diz que é difícil ir a um lugar adaptado às necessidades especiais de comunicação. No restaurante, não encontra cardápios em braile. “O garçom precisa ficar do meu lado, lendo tudo. Em terra de cego, quem tem olho é escravo”, brinca. Ele lembra que nem campanhas de saúde como a da vacinação contra o vírus H1N1 contam com interpretação em Libras. “Somos invisíveis, ninguém nos vê”.

São poucos os lugares ou sites que dispõem de atendimento especial. Um exemplo é a Câmara dos Deputados. O órgão oferece intérprete de Libras para as sessões plenárias mais importantes ou que sejam de interesse para a comunidade surda e para visitas.

Na TV Câmara começou ano passado a interpretação de parte das sessões plenárias. Até o fim do ano, a sessão toda já contava com intérprete. Cássia Botelho explica que o site da Câmara está em conformidade com as regras da W3C.

A ferramenta utilizada em sua reformulação entre 2004 e 2005 permite compatibilidade com equipamentos utilizados pelas pessoas com defici-



A Libras foi reconhecida em 2002 pela Lei nº 10.436 como meio legal de comunicação e expressão. A lei diz que cabe ao poder público e às empresas concessionárias de serviços públicos apoiar o uso e a difusão da língua como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas.

O texto especifica em seu artigo 4º que os sistemas públicos de educação devem garantir a inclusão do ensino da Libras “nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e supe-

rior (...) como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais”.

O Instituto Nacional de Educação dos Surdos (Ines), no Rio de Janeiro, oferece um curso bilíngue de Pedagogia. A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) oferece a graduação presencial de Letras-Libras, também realizada a distância em convênio com outras universidades federais. A Universidade de São Paulo (USP) também tem Letras-Libras, e deve iniciar uma pós-graduação em Audiodescrição a partir do segundo semestre de 2010.

ência. Fontes, telas de acesso, botões e descrições de fotos estão de acordo com as necessidades. As principais leis e as de interesse das pessoas com deficiência estão disponíveis em áudio.

No entanto, nem todos os recursos testados funcionaram perfeitamente. “Não podemos adicionar um recurso só para dizer que somos inclusivos. A ferramenta precisa funcionar, não fazer marketing”, diz.

Na televisão há poucas fontes de informação para o surdo. Entre elas estão o *Jornal Visual*, da TVE, o *See Hear*, da BBC inglesa, e alguns programas japoneses. Na internet fica um pouco mais fácil. O jornal *Telelibras*, voltado para a comunidade surda, coloca repórter e

intérprete de Libras lado a lado na tela. França, Itália, Espanha, Estados Unidos, Portugal, Colômbia e Alemanha têm iniciativas parecidas.

Para comércios comuns, há empresas especializadas que oferecem produtos como impressão de cardápios e sinalização em braille e cursos de Libras. Em São Paulo também é realizada anualmente a Feira Internacional de Tecnologias em Reabilitação (Reatec), que reúne expositores com produtos para todos os tipos de necessidade. A próxima edição será em abril de 2011.

Busca contínua – O exercício dos direitos de comunicação e educação dos cegos e dos surdos depende deles,

da população e do governo. Associações de pessoas com deficiência em todos os estados mantêm seus afiliados informados sobre seus direitos, legislação e novidades na área. Mas cabe a todos cobrar.

Será que cursos de Fonoaudiologia e de Magistério oferecem aulas de Libras? Será que as empresas de TV implantarão a audiodescrição? Onde há um bar adaptado para pessoas com deficiência? “Não adianta ficar reclamando sem fazer nada. É preciso com respeito e cuidado propagar a Libras, a importância da Escola de Surdos e outros espaços. É preciso muita reivindicação, conhecimento de causa e dedicação na luta pelos direitos”, afirma Paulo.

Solar Ear: inclusão e trabalho

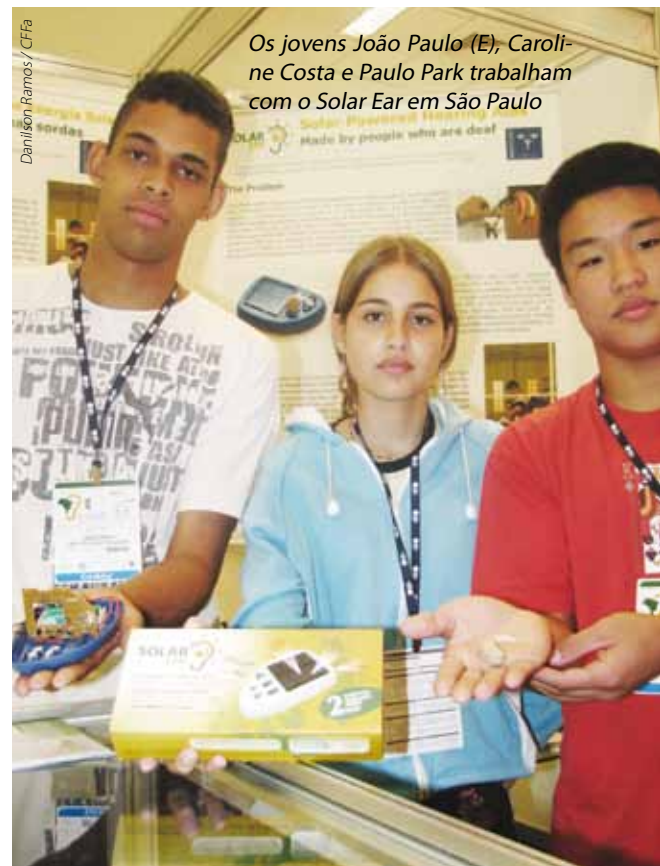
O projeto Solar Ear, que foi divulgado no Jornal do CFFa nº 41, tem boas notícias. Com apenas um ano de atuação no Brasil, o projeto – que ensina jovens surdos a produzir aparelhos auditivos de baixo custo – já atua em 12 estados brasileiros.

A iniciativa do canadense Howard Weinstein começou em 2002, em Botswana, na África, e atualmente está em fase de implantação na Palestina e no México, onde também deve estar pronto até o fim do ano.

No projeto, surdos ensinam surdos a montar e dar manuten-

ção nos aparelhos e as aulas são em Libras. Após seis meses de treino com a professora Sarah Phiri, de Botswana, João Paulo Garcia foi um dos jovens que começou a trabalhar no Solar Ear. “Estou aprendendo um trabalho para o futuro, para crescer”, diz o rapaz de 18 anos.

O programa exige que os participantes estejam na escola. João Paulo cursa o 2º ano do Ensino Médio de manhã e trabalha à tarde, e pretende fazer Matemática na faculdade. João tem sete primos surdos, mas os pais e os irmãos com quem mora em São Paulo são todos ouvintes.



Danilson Ramos / CFFa

Os jovens João Paulo (E), Carolinne Costa e Paulo Park trabalham com o Solar Ear em São Paulo

Leis e normas sobre comunicação no Brasil

Veja abaixo algumas das leis e normas sobre acessibilidade em comunicação hoje no Brasil.

Lei nº 10.098/2000 – padroniza recursos como o *Closed Caption* e a legenda oculta.

Lei nº 10.436/2002 – reconhece como meio legal de comunicação e expressão a Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Decreto nº 5.296/2004 – cabe ao Poder Público incentivar a oferta de aparelhos de televisão equipados com recursos de acessibilidade, como *Closed Caption*, SAP e fones de ouvido.

Decreto nº 5.626/2005 – o Poder Público deve garantir tratamento diferenciado aos surdos por meio do uso e difusão de Libras por servidores capacitados e acesso às tecnologias de informação previstas no Decreto nº 5.296/04.

Decreto nº 5.645/2005 – a programação de TV deve ser acessível para as pessoas com deficiência de acordo com a Lei nº 10.098/00 e o Decreto nº 5.296/04.

Decreto nº 2.592/1998 – Plano Geral de metas para a Universalização do Serviço Telefônico fixo comutado prestado no Regime Público. O Art.6º diz: “a partir de 31 de dezembro de 1999 (...) a Concessionária deverá assegurar condições de acesso ao serviço telefônico para Deficientes Auditivos e da fala que disponham da aparelhagem adequada à sua utilização”, e deverá tornar disponível o centro de atendimento para intermediação da comunicação (1402).

Instrução Normativa nº 1/2005 (Secretaria Geral da Presidência da República) – sobre a utilização de recursos de acessibilidade em pronunciamentos oficiais na TV.

Norma Brasileira nº 15.290/2005 (Associação Brasileira de Normas Técnicas) – sobre acessibilidade em comunicação na TV para pessoas com deficiência auditiva, visual ou cognitiva.

Portaria Ministerial nº 310/2006 (Ministério das Comunicações) – estabelece recursos de acessibilidade na programação de TV para pessoas com deficiência.

Norma Complementar nº 1/2006 (Ministério das Comunicações) – sobre recursos de acessibilidade na programação de TV, como a janela de Libras na TV digital.

Portaria nº 188/2010 (Ministério das Comunicações) – altera a NC nº 1/06 e estabelece um cronograma para implantação da audiodescrição por emissoras de TV.

Orientação fonoaudiológica é fundamental durante exame da dinâmica da deglutição



Apesar de ter mais de 18 anos, a videofluoroscopia ainda é mistério para muitos. Na técnica, a atuação do fonoaudiólogo é de extrema importância para interpretar corretamente o resultado

No final do ano passado, a engenheira de produção Lívia Maria Araújo começou a sentir dores na garganta e ter a sensação de que a comida não descia. A pernambucana procurou ajuda e teve recomendação médica para que realizasse uma videofluoroscopia.

O nome complicado é para designar um exame simples que ainda busca conquistar reconhecimento. Em poucas palavras, a videofluoroscopia é como uma radiografia filmada que se movimenta em tempo real. O operador da máquina pode

ainda gravar o exame em DVD, possibilitando que seja assistido inúmeras vezes sem necessidade de nova exposição do paciente ou do radiologista à radiação.

A muitos quilômetros de Lívia, no Rio de Janeiro, a fonoaudióloga Teresa França explicou como é o exame. A paciente toma um contraste bário misturado com iogurte e segue orientações para se movimentar em frente ao aparelho, em tomadas em AP (de frente) e perfil. “É possível ver alterações da cavidade oral até o estômago”, explica a fonoaudióloga.

diagnóstico

No caso de Livia foi detectado um problema de motilidade que causava acúmulo de resíduos alimentares nas valéculas, na parte posterior do dorso da língua. "Sempre que eu engolia, a garganta se limpava, mas depois o problema se repetia", diz. Ela explica que, como o acúmulo não era fixo, não caracterizava uma patologia. Encaminhada ao fonoaudiólogo, Livia fez exercícios para ajudar a engolir melhor, e a sensação ruim e a dor passaram.

Crescimento – A videofluoroscopia foi desenvolvida pelo cirurgião Milton Melcíades Barbosa Costa, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em parceria com pesquisadores de outras áreas, e apresentada no artigo *Videofluoroscopia: um novo método*,

publicado na década de 90. Também conhecido como videodeglutograma, o método é considerado universalmente padrão ouro para o estudo da deglutição. "A princípio, só médicos conduziam o exame, depois isso mudou", conta Teresa.

Ela fez um curso com Milton Costa em 1998, e desde então atua na área. Trabalha atualmente em um hospital particular com a videofluoroscopia e explica que o exame cresceu muito no Rio de Janeiro nos últimos cinco anos. Um grande salto foi o reconhecimento da técnica por operadoras de convênio. Apesar disso, ainda hoje são apenas três operadoras no estado que cobrem a videofluoroscopia.

Em Recife a situação é ainda mais complicada. São poucos os hospitais

que realizam o exame. Quem diz é o professor doutor da Universidade de Pernambuco e cirurgião gastroenterológico Gustavo Carvalho. No entanto, ele não acredita que ainda haja aversão à novidade. "Existe desconhecimento", afirma.

Gustavo destaca que o exame é muito importante para avaliar pacientes de refluxo mais complexo e pacientes que tiveram falha na cirurgia. "É necessário para evitar uma segunda falha em uma operação similar", diz.

Teresa lembra, ainda, que há alguns anos muitos médicos preferiam a seriografia, um exame de radiografias sequenciais em que as imagens são estáticas, e lembra uma frase do renomado radiologista Waldir Maynone quando conheceu o novo método: "Saímos da pedra lascada".



Cursos CEFAC 2º Semestre com

50% de Desconto na Matrícula*

Novidade:

Mestrado Profissional em Distúrbios da Comunicação
Reconhecido pelo MEC
Processo Seletivo: julho/10
Início: Agosto/10

Cursos de Audiologia:

Aprimoramento em Diagnóstico Audiológico
Início: 20/08/2010

Capacitação Profissional em Avaliação e Reabilitação Vestibular
Início: 06/08/2010

Aperfeiçoamento em Audiologia Ocupacional
Início: 20/08/2010

Curso prático de Férias em Diagnóstico Audiológico
Início 28 a 31/07/2010.

PCA - Oito Passos para a Implantação e Gestão do Programa de Conservação Auditiva

Início: 05 a 07/08/2010.
Curso Introdutório Sobre Avaliação do Processamento Auditivo
Início: 30 e 31/07/2010

Curso Teórico/Prático de Intervenção Fonoaudiológica com Neonatos e Lactentes de Risco para Disfagia em Ambiente Hospitalar
Início: 20 e 21/08/2010.

Perícia em Audiologia Ocupacional
Início: 30/09, 01 e 02/10/2010.

Curso de Avaliação e Reabilitação do Sistema Vestibular (Teórico)
Início: 06 e 07/08/2010.

Cursos de Fono Geral: Curso de Formação em Fonoaudiologia Forense
Início: 23 e 24/07/2010.

Comunicação Suplementar e Alternativa (CSA)

Início: 13 e 14/08/2010.

Capacitação : Alfabetização e Reabilitação da Leitura e Escrita Com o Método Das Boquinhas
Início: 01 e 02/10/2010.

Cursos de Linguagem/ Aprendizagem:
Aprimoramento em TDAH – Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade
Início: 28/08/2010.

Aprimoramento em Gagueira e outros Distúrbios da Fluência
Início: 28/08/2010.

Cursos de Motricidade Orofacial:
Aperfeiçoamento em Disfagias: Gerenciamento Interdisciplinar do Paciente Crítico
Início: 27/08/2010.

Aperfeiçoamento em Fala – da Normalidade às Alterações e Tratamento
Início: 27/08/2010.

Atuação do Fonoaudiólogo na Síndrome da Apnéia do Sono Obstrutiva, no Ronco e na Asma
Início: 06 e 07/08/2010.

Cursos de Voz:
Aprimoramento em Fonooncologia
Início: 28/08/2010.

Aprimoramento em Voz Clínica
Início: 28/08/2010.

CEFAC - São Paulo
Rua Cayowã 664,
Perdizes, São Paulo, SP
Tel: (11) 3868-0813
www.cefac.br
margareta@cefac.br

* Para o desconto favor informar a senha: **promoconsfeno**



Participação do fonoaudiólogo – Para avaliar o exame, o fonoaudiólogo deve ser especialista na área de Disfagia. A contribuição vem por meio do conhecimento funcional e da interpretação dos mecanismos da deglutição.

Gustavo Carvalho solicita frequentemente a videofluoroscopia para seus pacientes. Ele reconhece a importância do recurso, e tornou rotina se reunir com os fonoaudiólogos que coordenam seus exames para detalhar exatamente o que quer em cada situação. “É um teste dinâmico, permite avaliar a capacidade de condução alimentar dos mecanismos digestivos em tempo real”.

Para Gustavo, o fonoaudiólogo é capaz de orientar melhor tanto o técnico operador do equipamento quanto o paciente nos momentos de se posicionar e de ingerir o alimento com contraste. “A visão do cirurgião é um pouco diferente. Procuramos observar a contratividade do esôfago, o funcionamento do esfíncter e do diafragma de forma estrutural”, diz. Teresa concorda: “Pedem para participarmos do laudo, pois interpretamos bem a questão funcional”.

Como funciona – Uma das principais críticas a respeito da videofluoroscopia é o uso de raios-X, que poderiam causar contaminação. Os

níveis e o tempo de exposição do paciente, no entanto, estão abaixo do usual para exames do sistema digestivo, e segundo seus utilizadores, não oferecem risco. Isso se deve ao intensificador de imagem, um dispositivo que amplia o sinal de imagem sem a necessidade de aumentar a potência do raio-X. É uma tecnologia parecida com a utilizada em câmeras de visão noturna.

O registro das imagens é feito a uma velocidade de 30 quadros por segundo. É como se fossem 30 fotografias tiradas em sequência mostrando um determinado evento durante um segundo. É a mesma velocidade da televisão, o que produz a mesma sensação de movimento quando assistido. Além disso, é possível repetir a cena em câmera lenta, quadro a quadro ou usar qualquer outro recurso de um DVD comum.

Outra vantagem é que o exame permite a observação de detalhes e velocidades de cada parte do processo digestivo sem interferir em seu funcionamento, o que não acontece com outros aparelhos, que precisam ser inseridos no tubo digestivo.

Em artigo intitulado *Videofluoroscopia: método radiológico indispensável para a prática médica* publicado na revista *Radiologia Brasileira*

de abril/maio de 2010, o professor Milton Costa sugere a adequação da técnica para utilização em outras áreas da Medicina. Como possibilidades ele cita a videocoronariografia, o registro videobroncográfico, videoendoscopias, videoartrografias, videocolonografias, videoretrocistografias retrógradas e videoflebografias ou videarteriografias.

Milton afirma que o exame é simples e de baixo custo, e o equipamento já disponível nos hospitais pode ser facilmente adaptado para realizar as gravações. Por isso, defende sua inclusão no Sistema Único de Saúde (SUS) e nos convênios, de maneira a atender todos. “Universalizar o exame é mais que uma responsabilidade, é quase uma obrigação”, conclui.



Arquivo pessoal

“Sempre que eu engolia, a garganta se limpava, mas depois o problema se repetia”, explica Lívia Araújo

Fonoaudiólogo é o responsável por reabilitação vestibular

O CFFa publicou, no dia 19 de abril deste ano, a Resolução nº 384, que determina que o “fonoaudiólogo é o profissional legalmente habilitado para realizar avaliação vestibular e terapia fonoaudiológica em equilíbrio/reabilitação vestibular”. A reabilitação vestibular é uma terapia que usa exercícios específicos para restabelecer o controle de equilíbrio do paciente. Quem a realiza é o fonoaudiólogo.

Entre os procedimentos previstos está a realização e a interpretação da avaliação vestibular, o fornecimento de laudos que descrevem o que foi encontrado, além da reabilitação de transtornos do equilíbrio corporal, seguindo os protocolos da literatura científica e a utilização de manobras de



Paciente em posição de Romberg-Barré (um pé em frente ao outro) em cima de uma superfície macia. Esse exercício trabalha a estabilização corporal, estimulando o reflexo vestibulo-espinal - também fundamental para a manutenção do equilíbrio corporal.

reposição canalicular e exercícios terapêuticos sempre que necessário.

Em Caçapava (RS), Oneide Taz Vargas já passou pelo tratamento. Há dois anos, ela sentia tonteiças frequentes e foi encaminhada à fonoaudióloga Franciele Flores, com quem se tratou de outubro de 2008 a fevereiro de 2009. “Ela explicou como me sentar, mudar de posição, me mexer e locomover sem fazer movimentos rápidos”, diz Oneide. Hoje, com 74 anos, ela não sente mais o problema.

Conselho publica recomendação sobre ambiente de trabalho

Com a intenção de padronizar os ambientes de atendimento fonoaudiológico no País, o CFFa aprovou, também no dia 19 de abril a Recomendação 13/2010, que “dispõe sobre os ambientes onde são prestados serviços fonoaudiológicos”. O documento leva em conta a necessidade do conforto acústico nas salas de atendimento, em especial para deficientes auditivos e exames de audiologia.

A recomendação coloca exigências como a de que o ambiente deve

garantir privacidade e acessibilidade, utilizando salas separadas do ambiente comum, administrativo e de outros consultórios. São listados os tamanhos das salas de atendimento terapêutico individual, de audiometria, de otoneurologia, de potenciais evocados e da cabina fonoaudiológica.

Há também considerações sobre acondicionamento e esterilização de equipamento, proteção, ergonomia e biossegurança para a equipe, e espaço para arquivamento de prontuários.

Trata-se ainda do material de revestimento e da pintura para piso, teto e paredes, dimensão das portas de acesso, ventilação, iluminação e desinsetização periódica. As recomendações e os pareceres do CFFa são utilizados durante visitas de fiscalização regionais, para embasar vistorias e notificações.

Para ver esta ou outras normas relacionadas à Fonoaudiologia, acesse o site do CFFa, www.fonoaudiologia.org.br, vá até **Legislação** e clique em **Leis/Decretos/Resoluções/ Pareceres**.



Como escrevem nossas crianças?

Autor: Jaime Luiz Zorzi
Edição/ Ano: 1/ 2009
Páginas: 64
Editora: Pulso Editorial
Acabamento: Brochura

O livro traz reflexões sobre a forma do ensino da escrita praticada nas escolas infantis regulares. O estudo defende que a ortografia não é um aspecto secundário da escrita e seu domínio é absolutamente necessário para se alcançar a eficiência na língua escrita.

Dificuldades de aprendizagem: Dislexia e outros distúrbios

Autor: Jaime Luiz Zorzi
Edição/ Ano: 22/ 2008
Páginas: 61
Editora: Melo
Acabamento: Brochura

O livro retrata professores, escola, família, especialistas e estudantes para apresentar formas de agir quando nos deparamos com dificuldades como distúrbios de aprendizagem. Busca identificar problemas e unir o teórico ao prático para resolvê-los.



Atuação Fonoaudiológica em Voz

Autora: Lourdes Bernadete Rocha de Souza
Edição/ Ano: 1/ 2010
Páginas: 163
Editora: Revinter
Acabamento: Brochura

A obra trata da fisiologia e distúrbios da fonação e da voz no âmbito profissional. Os capítulos abordam temas que passam pelas características da voz e de seus problemas, avaliação e procedimentos terapêuticos.

A linguagem utilizada busca ser clara e didática, com a intenção de proporcionar fácil entendimento a professores e demais grupos de leitores.



Saúde auditiva: avaliação de risco e prevenção

Autora: Thais C. Morata e Fernanda Zucki (orgs.)
Edição/ Ano: 1/ 2010
Páginas: 176
Editora: Plexus
Acabamento: Brochura

O texto apresenta material sobre os efeitos do ruído e de outros agentes otoagressivos ambientais e ocupacionais na audição. Junto a isso, traz alternativas para a prevenção de problemas.

Se você tem uma obra publicada e gostaria de divulgá-la, envie as informações para o e-mail comunicacao@cffa.com.br.

Não se esqueça de informar seu nome completo, e-mail e telefone para contato.

voz do leitor



Homenagem

Prezados Colegas, fiquei muito feliz ao ver a homenagem concedida à fonoaudióloga Sandra Murat na última edição do Jornal do Conselho. Há 12 anos tive o privilégio de ser sua aluna e estagiária.

Hoje, após aprimoramento e especialização, a minha maior demanda de atendimentos no consultório são crianças com distúrbios de leitura e escrita, disciplina que Sandra lecionou com extrema competência e paixão.

Obrigada!

Patrícia Abrantes Pedro

Fonoaudióloga - Especialista em Linguagem

Manuais e Guias do CFFa

Escrevo-lhes para cumprimentar pelo belíssimo trabalho desenvolvido e publicado no Jornal número 44. Gostaria de saber como poderia obter os Manuais e Guias do CFFa publicados durante a Gestão 2007/2010, tratando de diversos aspectos da atuação profissional.

Flávia Lunardi

Flávia, você pode baixar esse material no site do CFFa: www.fonoaudiologia.org.br, na seção Publicações.

Como receber a revista?

Sou acadêmica de Fonoaudiologia da UFSM e gostaria de saber como posso fazer para receber o Jornal do CFFa. Obrigada!

Ândrea de Melo

Ândrea, assim como era o Jornal do CFFa, a revista **Comunicar** é distribuída gratuitamente aos profissionais fonoaudiólogos inscritos nos Conselhos Regionais de Fonoaudiologia, ficando à disposição dos demais interessados no site www.fonoaudiologia.org.br.

Administração Geral do CFFa

agenda

18º Congresso Brasileiro de Fonoaudiologia: Exercício Profissional: Bases Teóricas, Avanço e Realidade Nacional

Período: 22 a 25/9/2010

Local: Estação Embratel Convention Center, Curitiba, PR.

Realização: Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia

Informações: www.sbfaf.org.br

II Congresso Internacional de Fonoaudiologia, Encontro de Integração Latino-Americana

Período: 22 a 24/9/2010

Local: Complejo Metropolitano Alto Rosario, Av. Intendente Lamas 610 – Ciudad de Rosario – Santa Fe – Argentina

Informações: www.fonorosario.com

28th International IALP Congress

Período: 22 a 26/8/2010

Local: Syngrou Avenue, 11745, Athenaeum Intercontinental Hotel, Atenas, Grécia.

Informações: www.ialpathens2010.gr

e-mail: info@ialpathens2010.gr

9º Congresso Nacional da Rede UNIDA

Período: 18 a 21/7/2010

Local: Campus Centro da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Informações: (43) 3324 2340 ou

www.redeunida.org.br/congresso

Convenção da IAOM 2010

Período: 27 a 29/8/2010

Local: Colégio Maria Imaculada, Avenida Bernardino de Campos, 79, Paraíso, final da Avenida Paulista, São Paulo (SP).

Informações: www.iaom.com, www.cefac.br, ou e-mail: deuzana@cefac.br.

Telefone: (11) 3868 0819

Balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2009 (em reais)

ATIVO	2009	2008	PASSIVO	2009	2008
ATIVO FINANCEIRO	2.031.375,20	1.611.346,07	PASSIVO FINANCEIRO	276.961,20	255.895,67
DISPONÍVEL	1.894.300,98	1.466.936,73	Restos a Pagar	234.705,53	231.553,06
Bancos c/ movimento/arrecadação	95.650,05	99.329,08	Consignações	12.255,67	24.342,61
Bancos c/ Aplic. Financeiras	1.798.650,93	1.367.607,65	Credores da Entidade	30.000,00	
REALIZÁVEL	137.074,22	144.409,34			
Diversos Responsáveis	21.413,32	21.413,32			
Devedores da Entidade	11.863,46	19.198,58			
Entidades Públicas Devedoras	103.797,44	103.797,44			
Resultado Pendente	75.000,00	1.504,30			
ATIVO PERMANENTE	977.833,39	822.801,66	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.807.247,39	2.179.756,36
BENS PATRIMONIAIS	753.718,94	589.391,94	Patrimônio (Ativo Real Líquido)	2.807.247,39	2.179.756,36
Bens Móveis	114.369,33	109.542,33			
Bens Imóveis	639.349,61	479.849,61			
CRÉDITOS	224.114,45	233.409,72			
Dívida Ativa	215.042,13	224.337,40			
Outros Créditos	9.072,32	9.072,32			
TOTAL GERAL DO ATIVO	3.084.208,59	2.435.652,03	TOTAL GERAL DO PASSIVO	3.084.208,59	2.435.652,03

Demonstração das variações patrimoniais em 31 de dezembro de 2009 (em reais)

ATIVO	2009	2008	PASSIVO	2009	2008
RESULT. EXEC. ORÇAMENTÁRIA	2.193.286,17	1.890.587,43	RESULT. EXEC. ORÇAMENTÁRIA	1.717.977,08	1.718.966,83
Receitas Correntes	2.193.286,17	1.890.587,43	Despesas Correntes	1.553.650,08	1.685.360,47
Receitas de Capital			Despesas de Capital	164.327,00	33.606,36
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	164.327,00	33.606,36	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	9.295,27	
INDEP. EXEC. ORÇAMENTÁRIA		493.001,67	INDEP. EXEC. ORÇAMENTÁRIA	2.849,79	314.103,01
			Resultado Patrimonial	627.491,03	384.125,62
			Superávit do Exercício	627.491,03	384.125,62
TOTAIS	2.357.613,17	2.417.195,46	TOTAIS	2.357.613,17	2.417.195,46

Balanço financeiro em 31 de dezembro de 2009 (em reais)

RECEITAS	2009	2008	DESPESAS	2009	2008
ORÇAMENTÁRIA			ORÇAMENTÁRIA		
Receitas Correntes	2.193.286,17	1.890.587,43	Despesas Correntes	1.553.650,08	1.685.360,47
Receitas de Capital			Despesas de Capital	164.327,00	33.606,36
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	806.309,26	601.173,29	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	854.254,10	361.566,39
SALDOS DO EXERC. ANTERIOR	1.466.936,73	1.055.709,23	SALDOS PARA O EXERC. SEGUINTE	1.894.300,98	1.466.936,73
Bancos c/ Movimento	33.717,96	22.435,66	Bancos c/ Movimento	35.632,85	33.717,96
Bancos c/ Arrecadação	65.611,12	45.124,96	Bancos c/ Arrecadação	60.017,20	65.611,12
Bancos c/ Vinc. Aplic. Financeiras	1.367.607,65	988.148,61	Bancos c/ Vinc. Aplic. Financeiras	1.798.650,93	1.367.607,65
TOTAIS	4.466.532,16	3.547.469,95	TOTAIS	4.466.532,16	3.547.469,95



Leila Coelho Nagib
Presidente do CFFa

Vilmar Augusto de Medeiros
Contador - CRC DF nº 5.774

